



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Codemig é uma sociedade de economia mista da administração indireta do Estado de Minas Gerais, criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Em 2018, parte de suas atividades foi assumida pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), após a cisão parcial ocorrida e que tornou a Codemge sua acionista majoritária.

Em novembro de 2025, foi anunciada uma reorganização societária, que passou a vigorar em janeiro de 2026, resultando no Estado de Minas Gerais como controlador da Codemig, com 95% de participação acionária. A Codemge, antiga controladora da Codemig, manteve 5% de participação.

Permanece o foco da Codemig na exploração do nióbio, por meio de participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). O objetivo é valorizar o potencial mineral do Estado, buscando novas oportunidades de negócio em um cenário no qual os minerais críticos ganham relevância geopolítica e econômica.

Nesse sentido, 2025 foi um ano marcante. A Codemig firmou novo contrato de parceria com a CBMM para exploração de nióbio e outros minerais por até 45 anos. Pelo acordo, a estatal assegura 25% do lucro líquido com o nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

Isso significa que, ao assegurar a Minas Gerais essa fonte estável de receita por décadas, a Codemig colabora ainda mais ativamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

O novo instrumento substituiu o que terminaria em 2032, reforça as regras de fiscalização e amplia a participação da Codemig no lucro da comercialização de outros materiais pela CBMM, incluindo terras-raras, sem exigir novos investimentos da estatal. Na prática, a medida oferece mais segurança jurídica e previsibilidade para a atuação da Codemig e para Minas Gerais.

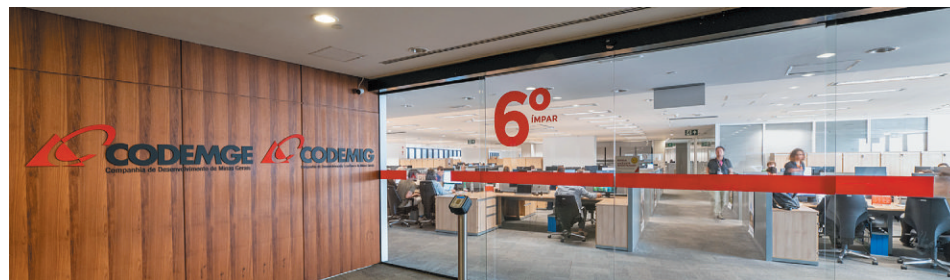
É justamente a parceria para a exploração do nióbio que garante à Codemig uma situação financeira sustentável.

Em 2025, a empresa alcançou um faturamento histórico, ultrapassando R\$ 1,9 bilhão, muito em função da parceria mantida com a CBMM, que, igualmente, obteve um resultado histórico nesse mesmo ano, superando a marca de 100 mil toneladas de ferrominério comercializadas. Além disso, a Codemig obteve um resultado financeiro de mais de R\$ 245 milhões, representando um aumento de 65% em comparação ao exercício de 2024. Todo esse desempenho contribuiu para um lucro recorde nesse exercício, acima de R\$ 2,07 bilhões, ou seja, um crescimento de quase 20% quando comparado a 2024.

Ao avançar em previsibilidade de receitas, melhor governança e transparência, a Codemig reforça, assim, seu compromisso com o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.



Luísa Cardoso Barreto
Diretora-presidente



2. PERFIL CORPORATIVO

A CODEMIG

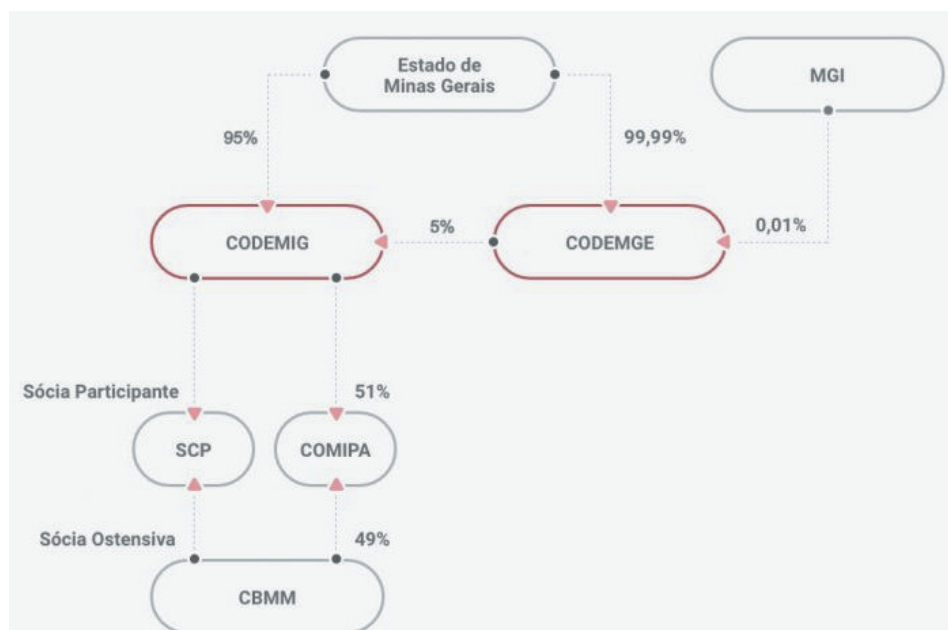
A Codemig foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Comig e da incorporação da CDI/MG e da Turminas, além dos ativos da extinta Codeurb.

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do estado, os quais, após cisão parcial, foram assumidos por sua acionista majoritária a partir de então, a Codemge.

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na SCP estabelecida com a CBMM, a Codemig dedica-se à exploração do nióbio. A CBMM é a sócia ostensiva nessa SCP.

Em novembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) deliberou pela redução do capital da Codemge. Como remuneração a título de devolução da participação do Estado de Minas Gerais no capital social da Codemge, foi realizada a transferência de 166.000 ações da Codemig, o que resulta em nova composição societária desta. Essa decisão leva o estado a deter 95% das ações da Codemig, bem como a Codemge a deter os demais 5% das ações. Em obediência ao prazo para oposição de credores, conforme previsto no art. 174 da Lei 6.404/76, a redução de capital da Codemge tornou-se efetiva apenas em janeiro de 2026.

Veja abaixo o desenho da estrutura societária do Grupo Codemge a partir da decisão da AGE.

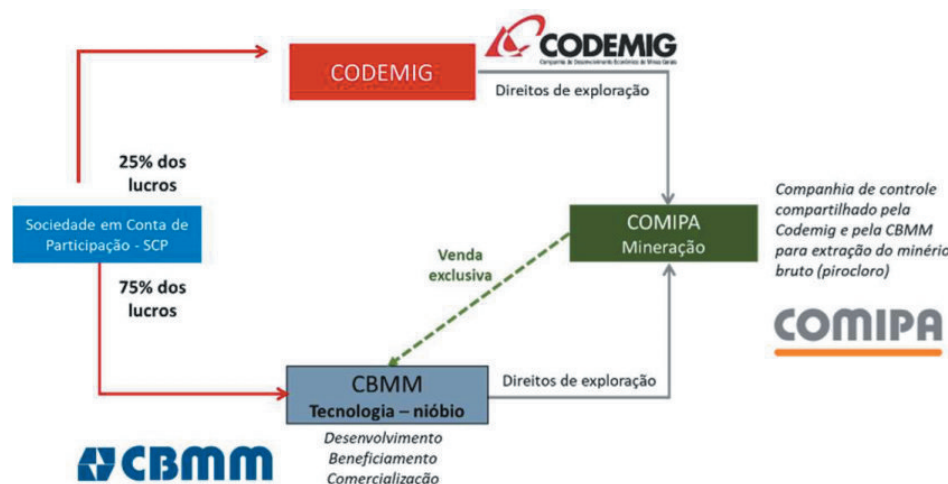


Nióbio

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere importantes propriedades aos compostos, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.

Entre as aplicações incluem-se a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais para receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o aproveitamento do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

A Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa) para lavrar o minério da mina do Barreiro (Araxá), formada pelos direitos minerários das duas acionistas.





Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e pelo gerenciamento das jazidas de nióbio pertencentes às duas primeiras.

A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973 e renovado em 2025. Pelo novo termo, a estatal assegura 25% do lucro líquido com o nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

O novo acordo entre Codemig e CBMM substitui o que terminaria em 2032. A renovação antecipada foi motivada por estudos que indicaram ganhos futuros de receita e valorização da Codemig.

O instrumento amplia a participação da Codemig no lucro da comercialização de outros materiais pela CBMM, incluindo terras-raras, sem exigir novos investimentos da estatal; define que rejeitos e estéreis passam a ser de responsabilidade da CBMM, assegurando à Codemig participação nos lucros caso sejam aproveitados; reforça as regras de fiscalização e a governança. Na prática, a medida oferece mais previsibilidade ao caixa público e segurança jurídica para planejar serviços essenciais à população mineira.

Outros benefícios da renovação podem ser destacados:

(i) Lavra igualitária: solução definitiva para divergências sobre teor e volume das minas, com encerramento apenas após a exaustão de ambas;

(ii) Terras-raras e outros minerais: Codemig passa a ter direito a 25% dos lucros sem investir, ao contrário do modelo anterior;

(iii) Rejeitos: manutenção do direito a lucros mesmo após o fim da parceria, até 2085;

(iv) Governança: criação de comitê e formalização de práticas, aumentando segurança jurídica e eliminando riscos.

Além disso, houve modernização dos instrumentos contratuais, com atualização de normas contábeis e fiscais, maior eficiência operacional e consolidação dos contratos em um único documento, incluindo regras mais claras sobre apuração de lucros e prazo maior para contestação.

2.1. MODELO DE NEGÓCIO

A Codemig é titular de concessões de lavra de pirocloro e associados, localizados no Barreiro, município de Araxá. Por meio da Sociedade em Conta de Participação estabelecida com a CBMM, a Codemig possui o interesse de promover o máximo aproveitamento do colômbio contido nas suas minas, para que, com seus *royalties*, possa impulsionar o estado de Minas Gerais.

3. ESTRATÉGIA E RESULTADOS

O exercício de 2025 representou um período de aprimoramento da atuação estratégica da Codemig.

A Companhia manteve o acompanhamento sistemático de suas atividades e resultados, em consonância com sua missão de valorizar o potencial mineral do estado e contribuir para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas em 2025 estiveram alinhadas ao direcionamento institucional da Companhia, com foco na gestão eficiente de seus ativos e na geração de valor para o estado, especialmente por meio de sua participação na SCP estabelecida com a CBMM, voltada à exploração do nióbio.

O período também foi marcado por importantes mudanças na estrutura societária da Companhia. Em novembro de 2025, ocorreu reorganização societária que resultou no estado de Minas Gerais assumindo a posição de controlador da Codemig, com participação acionária de 95%, enquanto a Codemge, antiga controladora, permaneceu como acionista minoritária, com 5% de participação. Essa alteração reforçou o papel da Codemig como sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Estado.

Os resultados apresentados para o exercício refletem o desempenho institucional da Codemig no cumprimento de suas atribuições, bem como a condução de suas atividades em alinhamento às diretrizes do estado de Minas Gerais.

O período evidenciou a continuidade da atuação da Companhia na gestão de seus ativos estratégicos, com destaque para a participação na exploração do nióbio, ao mesmo tempo em que marcou uma transição relevante em sua estrutura societária.

4. RESULTADOS FINANCEIROS

POLÍTICA E DISTRIBUIÇÃO DOS DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas da Companhia ocorre sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP são considerados como dividendos obrigatórios às ações ordinárias e/ou como dividendo prioritário.

A base de cálculo para a remuneração das ações preferenciais é o montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela SCP, que é decorrente da venda de produtos derivados do beneficiamento e industrialização de minério de pirocloro, que sejam remanescentes após as deduções legais para apuração do lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos da Companhia. Não obstante a sua base de cálculo, o dividendo prioritário está limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. De acordo com o artigo 7º do Estatuto Social, é assegurado às ações preferenciais o recebimento dos dividendos prioritários, que, quando devidos, são pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, conforme aplicável, mediante deliberação da diretoria, na forma do artigo 11º do Estatuto Social e respeitados os limites legais.

A base de cálculo para remuneração das ações ordinárias é o lucro líquido já ajustado, deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais. De acordo com o artigo 10º do Estatuto Social, é assegurado às ações ordinárias, em cada exercício, dividendo obrigatório de 70% do lucro líquido já ajustado, deduzido o dividendo prioritário pago aos detentores de ações preferenciais.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com o levantamento de balanço, e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes, conforme aplicável.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% do lucro, até o máximo previsto em lei.

A tabela a seguir apresenta os proventos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Codemge:

Tabela 1: dividendos pagos 2025 x 2024

	EMG		Codemge	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos (i)	25.014	73.816	26.035	76.829
Dividendos preferenciais (ii)	847.880	669.476	882.490	696.804
JCP prioritários (iii)	20.335	11.760	21.165	12.240
	893.228	755.051	929.690	785.873

(i) Em 2025, dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2025, referentes à destinação do lucro do exercício de 2024; em 2024, dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2024, referentes à destinação do lucro do exercício de 2023 e saldo residual na conta de reserva de lucros.

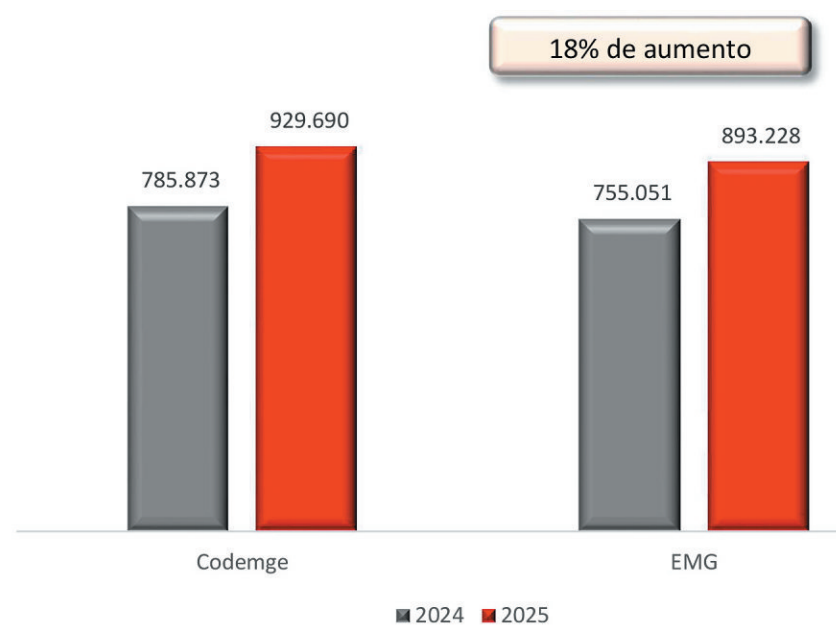
(ii) Dividendos preferenciais pagos em 2025, referentes ao período de novembro de 2024 a agosto de 2025 e, comparativamente, dividendos preferenciais pagos em 2024, referentes ao período de novembro de 2023 a outubro de 2024; o cálculo é realizado sobre o montante equivalente a 25% do resultado da SCP mantida com a CBMM, sempre limitado ao lucro líquido do exercício.

(iii) Juros sobre o capital próprio prioritários, pagos mensalmente aos acionistas preferenciais, calculados de acordo com a Lei 9.249/1995 e considerados para fins de cálculo dos dividendos preferenciais. O valor pago considera os impostos retidos.

Fonte: Gerência Financeira da Codemig

Dividendos pagos

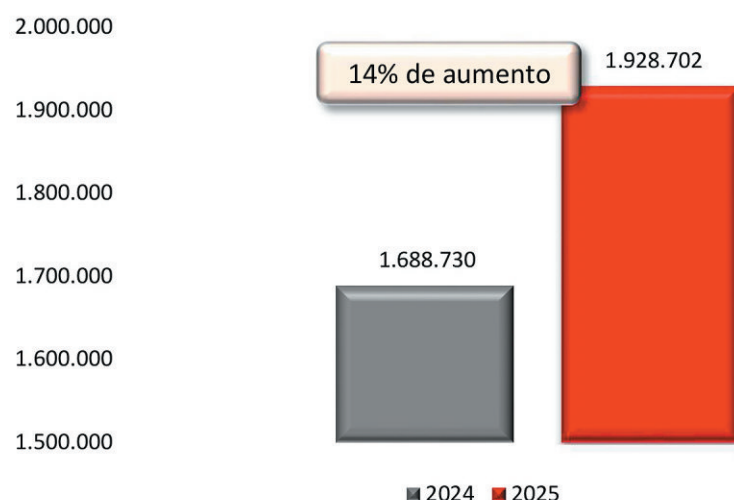
Gráfico 1: dividendos pagos 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemig

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Gráfico 2: receita líquida 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemig

Receita líquida

A Codemig atingiu, em 2025, receita líquida de **RS 1,9 bilhão**. Essa receita cresce há cinco anos consecutivos, principalmente em função do impacto positivo no resultado da SCP, derivado do aumento em 8% no volume das vendas e outros aspectos externos, como a variação cambial do dólar, euro e iene ocorrida no período. O resultado com variação cambial obteve uma melhora de 156% (RS 200 milhões) quando comparado a 2024.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

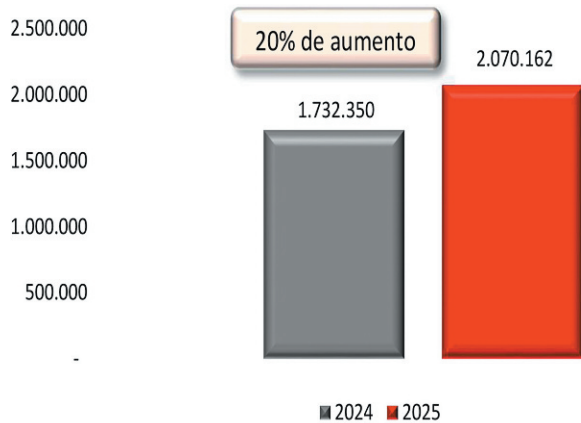
A receita líquida recebida em 2025 pela Codemig foi 14% maior do que a de 2024 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$ 240 milhões a maior que em 2024.

Impostos da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2025, foram registrados R\$ 808 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2026. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2025, considerando o valor pago em janeiro de 2026 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$ 937 milhões no ano.

Lucro líquido

Gráfico 3: lucro líquido 2025 x 2024



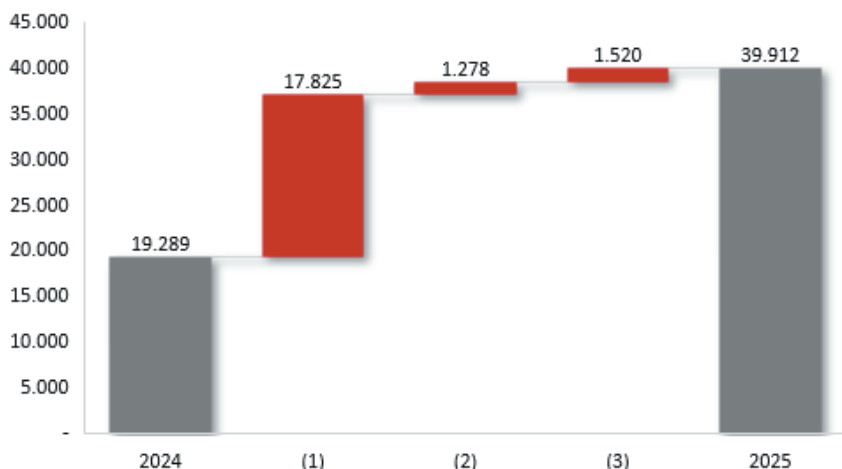
Fonte: Gerência Financeira da Codemig

A Codemig aumentou seu resultado positivo em 2025, atingindo lucro líquido recorde de **R\$ 2 bilhões**, o maior da sua história.

Os principais motivos de o crescimento do lucro líquido ter superado o aumento da receita líquida foram: o aumento de 65% do resultado financeiro e a redução de 31% dos gastos com desenvolvimento.

Despesas gerais e administrativas

Gráfico 4: despesas gerais e administrativas 2025 x 2024



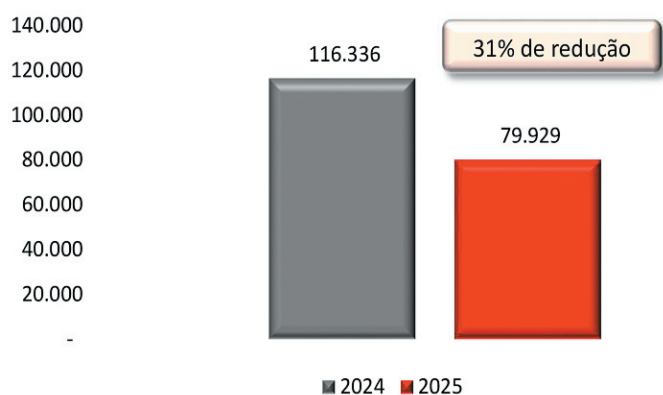
Fonte: Gerência Financeira da Codemig

A variação do saldo das despesas gerais e administrativas em 2025 é causada principalmente:

- (1) pela contratação de serviços jurídicos e de consultoria financeira no âmbito da renovação do contrato firmado com a CBMM para exploração do nióbio;
- (2) por indenização à Mineiraria – Casa da Gastronomia SPE Ltda. equivalente ao prejuízo da concessionária entre março de 2020 e dezembro de 2021, referente à pandemia da covid-19, somado ao prejuízo entre janeiro e julho de 2024; e
- (3) por outras variações pulverizadas, que representam um pequeno aumento nas despesas gerais e administrativas.

Gastos com desenvolvimento

Gráfico 5: gastos com desenvolvimento 2025 x 2024



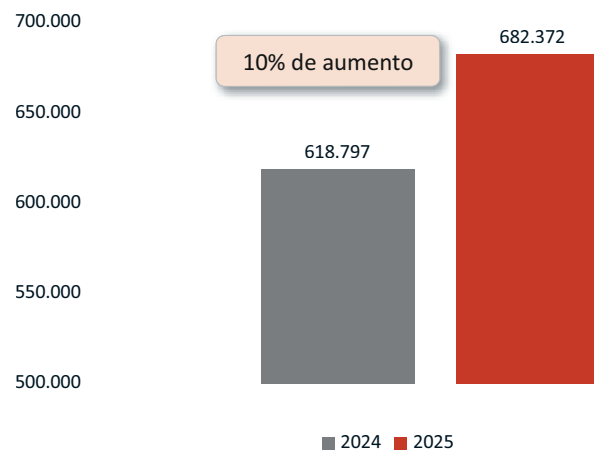
Fonte: Gerência Financeira da Codemig

Em 2025, a Codemig realizou gastos de aproximadamente R\$ 80 milhões (R\$ 16 milhões em 2024) em convênios de cooperação econômica ou técnica, com o intuito de atuar como agente fomentador de projetos do estado.

Em 2024, R\$ 100 milhões foram gastos conforme previsto na Lei Estadual 24.601/2023, na qual a Codemig e sua controladora figuraram como interveniente financeiro, ao realizar o pagamento compensatório de trechos de rodovia do DER-MG para os municípios mineiros. Em 2025 não houve gastos nesse sentido.

Patrimônio líquido

Gráfico 6: patrimônio líquido 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemig

O **patrimônio líquido** da Codemig teve um aumento de R\$ 64 milhões, derivado da ampliação da reserva de lucros. Em relação ao resultado de 2025, foi deliberado o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no montante de R\$ 2 bilhões.

Ebitda

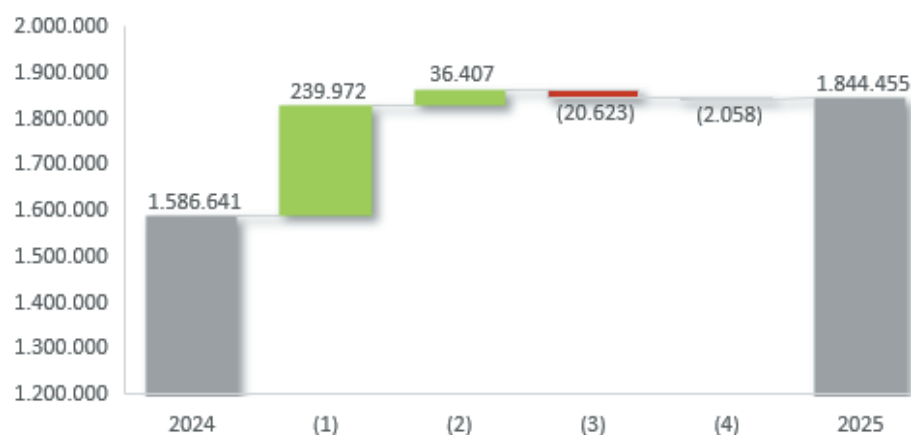
O Ebitda é uma medição gerencial adotada pela Codemig, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Tabela 2: Ebitda 2025 x 2024

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	16.470	-
(-) Resultado financeiro positivo	(245.698)	(148.709)
(+) Depreciação e amortização	3.521	3.000
Ebitda - conforme ICVM 156/22	1.844.455	1.586.641

Fonte: Gerência Financeira da Codemig

Gráfico 7: Ebitda 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemig

A variação positiva de 16% do Ebitda da Companhia, R\$ 258 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Aumento da receita líquida do exercício de 2025, comparativamente a 2024;
- (2) Em 2025, redução dos gastos com desenvolvimento, principalmente em função do encerramento dos gastos com municipalização;
- (3) Aumento das despesas gerais e administrativas em função de eventos não recorrentes em 2025;
- (4) Outras reduções pulverizadas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codemig informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 18 de junho de 2025. Esse contrato estará vigente por 15 meses, contados da data de sua assinatura, para a realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras (DFs).



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes, com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

Compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação dos serviços de auditoria e a destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades desses profissionais, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e sua adequação às necessidades da Companhia.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

MODELO DE GOVERNANÇA

Nos últimos anos, a governança corporativa tem sido um alicerce do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Codemig. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas por instituições referência no assunto, como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e em estrita observância à legislação.

Para mensurar seu nível de maturidade em relação ao tema, a Codemig realiza, anualmente, seu diagnóstico e autoavaliação pelos critérios do indicador IG-Sest, paradigma das melhores práticas de governança corporativa no âmbito federal, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. A partir do diagnóstico, é possível identificar as lacunas e direcionar esforços para as melhorias necessárias, impulsionando os resultados da Companhia, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional e gerando valor com perspectiva de longo prazo, a partir de bases fortes.

Em 2025, os resultados desse trabalho demonstraram que a Codemig se mantém no mais elevado nível de maturidade nos eixos Governança Corporativa e Políticas Públicas, demonstrando seu compromisso com as melhores práticas de mercado e a promoção da inovação no fluxo de seus processos, com forte cultura da ética, transparência e prestação de contas, gerando impacto positivo e sustentável para todos os *stakeholders*.

Como nos anos anteriores, em 2025 a Companhia também contou com as diretrizes e as orientações do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais (CCGE), presidido pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que tem como missão potencializar os resultados das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais e promover a articulação e integração dessas empresas à estratégia governamental.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa, a prestação de contas e a sustentabilidade são os fundamentos da Codemig para a efetiva geração de valor ao povo mineiro, no desenvolvimento de seu objeto social.

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia são transversais e alcançam seus principais *stakeholders*, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência ao processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados.

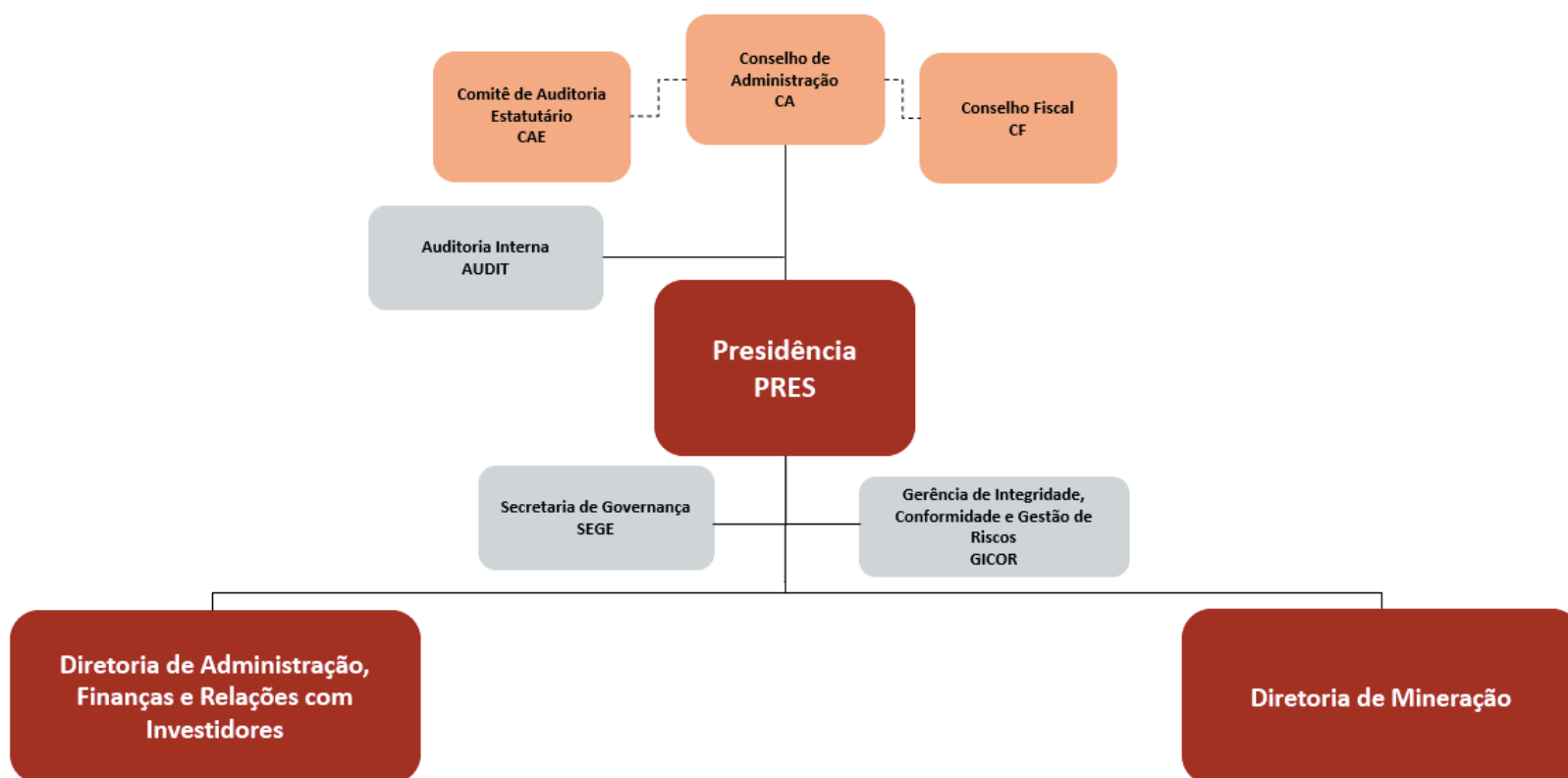
A Secretaria de Governança é a área que coordena e gerencia a governança corporativa no âmbito da Codemig, buscando sistematicamente seu aprimoramento em suas três principais frentes de trabalho: relacional, estratégica e operacional.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da Codemig é compartilhada e composta por acionistas, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Secretaria de Governança, Gabinete, Auditoria Interna, Gerência de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e Auditores independentes.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas nas Leis 13.303/2016 e 6.404/1976 e demais legislações aplicáveis.

Estrutura de governança da Codemig



A composição completa dos órgãos de governança da Codemig está disponível no site da Companhia: <https://codemig.com.br/codemig/>.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	201.569	195.509	Contas a pagar	14	814.217	631.706
Títulos e valores mobiliários	6	1.695.669	1.291.813	Tributos a recolher	15	2.255	930
Contas a receber	7	277.693	416.971	Partes relacionadas	10	881	699
Dividendos a receber	11	2.630	2.051	Dividendos a pagar	16	784.481	601.577
Tributos a recuperar	8	23.523	25.529				
Total do ativo circulante		2.201.084	1.931.873	Total do passivo circulante		1.601.834	1.234.912
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	625.797	469.637	Adiantamentos recebidos	17	865.105	795.947
Tributos a recuperar	8	28.071	73	Provisões	18	48.270	46.284
Depósitos judiciais	9	1.654	-				
Partes relacionadas	10	24.757	24.757	Total do passivo não circulante		913.375	842.231
Total do ativo não circulante		680.279	494.467	Total passivo		2.515.209	2.077.143
Investimentos	11	268	268	Patrimônio líquido	19		
Imobilizado	12	315.597	269.044	Capital social		10.260	10.260
Intangível	13	353	288	Reserva de capital		591.170	591.170
Total do ativo não circulante		996.497	764.067	Reservas de lucro		80.942	17.367
Total do ativo		3.197.581	2.695.940	Total do patrimônio líquido		682.372	618.797
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.197.581	2.695.940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	10.260	591.170	2.052	45.196	-	648.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.732.350	1.732.350
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.732.350	1.732.350
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 19(e) e (f))	-	-	-	(3)	(1.699.035)	(1.699.038)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 19(g))	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Dividendos adicionais propostos (nota 19 (d))	-	-	-	(45.193)	-	(45.193)
Constituição de reservas (nota 19 (d))	-	-	-	15.315	(15.315)	-
Em 31 de dezembro de 2024	10.260	591.170	2.052	15.315	-	618.797
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.070.162	2.070.162
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	2.070.162	2.070.162
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos (nota 19 (e) e (f))	-	-	-	-	(1.939.772)	(1.939.772)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 19(g))	-	-	-	-	(51.500)	(51.500)
Dividendos adicionais propostos (nota 19 (d))	-	-	-	(15.315)	-	(15.315)
Constituição de reservas (nota 19 (d))	-	-	-	78.890	(78.890)	-
Em 31 de dezembro de 2025	10.260	591.170	2.052	78.890	-	682.372

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	2025	2024
Receita líquida	20	1.928.702	1.688.730
Lucro bruto		1.928.702	1.688.730
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(39.912)	(19.289)
Gastos com desenvolvimento	22	(79.929)	(116.336)
Resultado com participações societárias	11	2.630	916
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	29.443	29.620
Lucro antes do resultado financeiro		1.840.934	1.583.641
Receitas financeiras	24	248.982	151.697
Despesas financeiras	24	(3.284)	(2.988)
Resultado financeiro, líquido		245.698	148.709
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.086.632	1.732.350
Imposto de renda e contribuição social	25	(16.470)	-
Lucro líquido do exercício		2.070.162	1.732.350
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	26		
Ordinárias		825,60	282,92
Preferenciais		10.647,69	9.318,15

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
Total do resultado abrangente do exercício	2.070.162	1.732.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
Ajuste de		
Depreciação e amortização	3.521	3.000
Reversão de provisão para adequação ao valor recuperável de ativos	(28.913)	(28.499)
Receitas financeiras	(239.889)	(146.861)
Despesas financeiras	2.842	3.617
Resultado com participações societárias	(2.630)	(916)
Variações em provisões benefícios e incentivos	80	(174)
Ajustes de capital de giro		
Aumento de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(513.728)	(352.260)
Redução/(aumento) no contas a receber	139.278	(218.636)
Redução/(aumento) dos impostos e contribuições a recuperar	12.612	(7.221)
Aumento de depósitos judiciais	(1.470)	-
Aumento/(redução) de débitos com partes relacionadas	182	(49)
Aumento no contas a pagar	182.511	1.346
Redução dos tributos a recolher	(2.615)	(4.364)
Aumento de adiantamentos recebidos	69.158	248.313
Dividendos recebidos	2.051	2.881
Caixa gerado nas operações	1.693.152	1.232.527
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.057)	(2.960)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.688.095	1.229.567
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(446.777)	(173.000)
Resgate de títulos e valores mobiliários	605.638	497.966
Aquisição de imobilizado	(21.153)	-
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de investimento	137.708	324.966
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(38.325)	(22.164)
Dividendos pagos	(1.781.418)	(1.516.926)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.819.743)	(1.539.090)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	6.060	15.443
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	195.509	180.066
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	201.569	195.509
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	6.060	15.443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autorizou a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig foram questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”), de forma que a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE-MG, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito e, em agosto de 2025, houve a extinção do último procedimento sobre o tema. Não há outros questionamentos em aberto relacionados à cisão da Companhia.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo da saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) de indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemig está autorizada a atuar de forma à (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar e receber imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinada à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresa privada dos setores minerosiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação e (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”), que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido na Escritura Pública de constituição da Sociedade em Conta de Participação (“Escritura Pública”), após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (anticipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 14. Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP, decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados – a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2025 foram devolvidos à CBMM R\$598.906 para quitação do IR/CS da SCP de 2024 (R\$619.728 em janeiro 2024, referente ao IR/CS de 2023), consequentemente, reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM.

A escritura pública inicial foi instituída em 1972 e foi renovada por outros 30 anos em 2003. Em outubro de 2025, a Companhia assinou um novo acordo com a CBMM, substituindo o contrato anterior que terminaria em 2032, assegurando a manutenção da participação de 25% do lucro líquido com a exploração do nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

O novo instrumento reforça as regras de fiscalização e garante a participação da Codemig no lucro da comercialização de outros materiais pela CBMM, incluindo terras raras, sem exigir novos investimentos da estatal. Também estabeleceu que os rejeitos e estéreis passam a ser propriedade e responsabilidade da CBMM, mas garantindo à Codemig participação nos lucros caso venham a ser utilizados.

A renovação do acordo se deu de forma antecipada em virtude de estudos econômicos apontarem que era a melhor decisão para garantir a manutenção e o crescimento das receitas da Codemig no futuro, além de ampliar o valor de mercado da Companhia no cenário atual. Dentre os benefícios da renovação podem ser destacados os seguintes avanços:

i) Lavra igualitária: o acordo anterior já previa a obrigação de extração do minério das minas de forma igualitária, porém havia discussões em relação ao fato da mina da Codemig possuir nióbio com teor mais elevado e a mina da CBMM possuir maior volume de minério. O aumento do prazo de vigência do acordo resolve a questão porque prevê o encerramento do acordo após a exaustão de ambas as minas, em que maior quantidade de minério terá sido extraído da mina da CBMM, considerando-se tanto teor, quanto volume.

ii) Terras raras e outros minerais: o novo acordo proporciona a Codemig o direito de recebimento da participação de 25% do lucro referente à exploração de terras raras ou qualquer outro mineral, sem a obrigação de investimentos necessários para implantação da nova operação. O acordo anterior já previa a possibilidade de participação da Codemig nos ganhos na exploração de novos minerais, mas com a condição de que a Companhia investisse o percentual de 25%. O novo acordo retira essa obrigação de investimento.

iii) Patrimônio da parceria: atualmente a Codemig tem o direito a eventuais ganhos em relação ao aproveitamento dos rejeitos da operação, no entanto, embora possuam valor econômico, não é viável a sua comercialização no momento. O novo acordo resguarda o direito à participação dos lucros com o aproveitamento de rejeitos mesmo após o encerramento da parceria, até 2085.

iv) Governança: o novo acordo prevê a criação de um novo comitê de auditoria, compliance, governança e sustentabilidade e ainda formaliza práticas e procedimentos que já eram realizados gerando maior segurança jurídica e eliminando riscos.

Além disso, a reformulação dos documentos da parceria representa um aprimoramento técnico que atualiza normas contábeis, fiscais e diretrizes vigentes, aumentando a eficiência operacional e a clareza dos processos. A nova Escritura Pública substitui integralmente os contratos de arrendamento anteriores, sem encerrar a SCP ou afetar as atividades da Comipa, consolidando os termos em um documento único e completo. Além disso, a Escritura passa a prever que quaisquer atualizações legais, fiscais ou contábeis relacionadas ao lucro líquido serão automaticamente incorporadas aos seus critérios e que o prazo para impugnação da prestação de contas do lucro líquido foi ampliado, permitindo revisões mais precisas e fortalecendo a fiscalização contratual.

(c) Municipalização de Rodovias

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601 autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio, podendo o pagamento ser realizado pela Codemig e/ou pela sua controladora, a Codemge. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. No referido Acordo foi estipulado que o repasse fosse requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência e que a Companhia e sua controladora figurassem como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação. Para detalhes sobre valores repassados no exercício, vide nota 22.

(d) Federalização da Codemig

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (“ALMG”), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado (“ADCT”), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024 e no momento estão aguardando o parecer da comissão especial.

Em julho de 2025 foi sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais a Lei Estadual nº 25.368, resultante da promulgação do Projeto de Lei 3.734/2025 que autoriza o Poder Executivo “a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, na totalidade ou em parte, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025” condicionada à adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (“Propag”), inteligência do artigo 1º e seu §1º.

O Propag é um programa de refinanciamento da dívida dos Estados e do Distrito Federal com a União. A adesão ao Propag permite que as dívidas sejam reduzidas tanto por meio da entrega de ativos quanto pela queda dos juros. Em troca, parte da economia obtida deverá ser investida em áreas prioritárias, como educação e segurança pública, e outra parte irá para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que redistribuirá recursos para projetos estruturais em todo o país. Assim, o Propag converte a redução dos juros em investimentos que beneficiam diretamente a população.

Em 06 de novembro de 2025, o Estado enviou à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a solicitação de adesão de Minas Gerais ao Propag. A aceitação dos ativos está condicionada à avaliação técnica e à anuência da União. Em 31 de dezembro de 2025, o Estado de MG formalizou sua adesão ao Propag por meio da assinatura de um aditivo contratual, porém na relação dos ativos oferecidos, não consta a cessão da participação direta da Codemig. A aceitação dos ativos está condicionada à avaliação técnica e à anuência da União.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig foi aprovada pela Administração da Companhia em 23 de abril de 2026.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

• **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis”, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use e hedge accounting* previstos no IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros – Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/periodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma e alterações permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) – Volume 11:** as melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais. As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IAS 21 – Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 – "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionadas.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA

Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos.

A referida tarifa gerou impacto para os escritórios da CBMM na América do Norte, contudo, esses efeitos foram amplamente mitigados por meio de negociações com clientes, estratégias logísticas, adoção de produtos alternativos e ajustes de precificação para novos clientes. A equipe da CBMM continua monitorando e acompanhando o cenário, mas não tem expectativa de maiores impactos financeiros.

(b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.3. Investimento

Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Coligada	Principal atividade	% participação	
		2025	2024
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

2.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.5. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA ou Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. O saldo registrado em perdas esperadas refere-se ao arrendamento da Sala Minas Gerais do Centro Cultural Presidente Itamar Franco.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, não houve perda de valor recuperável identificada.

(c) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig e alugueis do Centro Cultural Presidente Itamar Franco.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Prédios e benfeitorias	76 a 78 anos
Equipamentos operacionais	3 a 12 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil, esta é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2025.

(e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela Administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor. Em 2024 e 2025 foram feitas reversões de adequação ao valor recuperável no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", conforme avaliação do ativo feita por empresa especializada, vide notas 12 e 23.

(g) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e para recuperação ambiental são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(i) Provisão para descomissionamento da mina

O planejamento de fechamento da mina consiste em um conjunto de diretrizes e boas práticas voltadas para o encerramento das atividades de uma jazida mineral, com uma perspectiva de legado pós-mineração.

Variações nos valores dos gastos estimados para descomissionamento da mina ou ainda em função da atualização de sua vida útil serão reconhecidas como ajustes (para mais ou para menos) do custo do imobilizado.

(h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

(i) Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP, os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 20.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(i) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o IRPJ e CSLL pela modalidade do Lucro Real. Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para a União. A legislação aplicável ao cálculo dos tributos é aquela que está ou esteve em vigor na data da apuração dos valores a pagar ou a restituir pela Companhia.

(ii) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data das demonstrações financeiras.

A Companhia apura, ao longo dos anos, sucessivos prejuízos fiscais e bases negativas. Considerando a estrutura societária da Companhia, a Administração não acredita em um cenário de reversão da situação fiscal presente no curto prazo.

Por consequência, devido à baixa perspectiva de recuperabilidade dos ativos diferidos relacionados ao prejuízo fiscal, os mesmos não são reconhecidos contabilmente e nem apresentados nesta demonstração, ainda que controlados em livros fiscais.

(j) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

(k) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.6. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.5 (f).

Anualmente, são examinados sinais ou elementos que indiquem a necessidade de realizar o teste de impairment nos ativos. Os testes de impairment são conduzidos, quando necessário, com base em avaliações independentes, realizadas por avaliadores externos, vide notas 12 e 23.

2.7. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou lucro fiscal, tendo passado a contar com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 558.180 (R\$ 578.762 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa acumulada de R\$ 564.647 (R\$ 585.229 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia, assim como nos anos anteriores, não tem perspectiva de alteração do recorrente cenário de prejuízo fiscal e base negativa em razão da estrutura societária da Companhia.

Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, cuja compensação seria limitada a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico do contrato da SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante. Embora entenda que conceitualmente o saldo de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa devesse apresentar uma estimativa nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada seria imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica seus recursos em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Contas a pagar	814.217	-	-	-
Adiantamentos recebidos	-	340.901	292.200	232.004
Dividendos a pagar	784.481	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Contas a pagar	631.706	-	-	-
Adiantamentos recebidos	-	-	552.964	242.983
Dividendos a pagar	601.577	-	-	-

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivadas dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, os mesmos apresentam baixo risco de crédito no entendimento da Companhia, tendo em vista que a maioria das aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, segundo avaliações de agências de rating e no julgamento da Administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)

	2025	2024
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	118	130
brAA+	-	6
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	651	29
A-(bra)	12	12
Caixa	2	2
Demais bancos	11	-
Total caixa e banco conta movimento	794	179
Aplicações financeiras (Standard & Poor's)		
brAAA	29.956	-
brAA+	124.587	97.360
brAA-	-	10.394
brBBB+	-	12.525
(Fitch Ratings)		
A+(bra)	11.973	39.570
(Moody's)		
AA-.br	-	25.009
A.br	8.895	10.472
A-.br	25.364	-
Total certificados de depósitos bancários	200.775	195.330
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	201.569	195.509
Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)		
brAAA	1.007.735	1.100.017
brAA+	-	194.772
brAA-	-	30.730
BrA+	30.456	-
brA	94.327	78.824
brBBB-	73.402	-
(Fitch Ratings)		
AAA(bra)	96.120	-
AA+(bra)	184.490	-
A+(bra)	20.729	-
A(bra)	81.897	154.082
BB+(bra)	-	73.193
BBB-(bra)	87.493	-
(Moody's)		
AAA.br	27.119	-
A.br	5.085	-
A-.br	40.628	-
Demais aplicações (i)	571.985	129.832
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	2.321.466	1.761.450
TOTAL	2.523.035	1.956.959

(i) A Companhia possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizado inicialmente por meio da Corretora

Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), destinado a investidores qualificados, com liquidez D+71 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos, de crédito privado, baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. O valor alocado a esse fundo é de R\$149.008 em 31 de dezembro de 2025 (R\$129.832 em 31 de dezembro de 2024).

Também possui aplicação financeira no Fundo Mapfre Confianza FIF RF, fundo conservador de renda fixa com liquidez D+0 e uma pontuação de risco de 1 em uma escala máxima de 5 pontos, sendo que todas as características do fundo estão enquadradas dentro dos critérios gerais da política de aplicações financeiras da Companhia. O valor alocado a esse fundo é de R\$422.977 em 31 de dezembro de 2025.

(c) Análise de sensibilidade

Seguem abaixo os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2025, era de 15,00% a.a. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Em relação à taxa atual do IPCA, foi utilizado o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025, de 4,26% ao ano.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa /	Taxa/			
				cotação atual	cotação esperada			
Ativo								
Indexador CDI								
Aplicações financeiras	313.713	313.713	105%	15,00%	13,02%			
Letras financeiras	398.241	398.241	123%	15,00%	13,02%			
Indexador IPCA								
Letras financeiras	61.191	61.191	288%	4,26%	3,99%			
					Cenários			
				Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI								
Aplicações financeiras				42.877	53.596	64.316	32.158	21.439
Letras financeiras				63.916	79.895	95.874	47.937	31.958
IPCA								
Letras financeiras				7.045	8.806	10.568	5.284	3.523

(d) Risco cambial

A Companhia não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e suas variações de câmbio impactam a Companhia através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

	2025	2024
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.602.701	982.692
Total do ativo	1.602.701	982.692
informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.		

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	2025	2024
Ativos		
Custo amortizado		
Equivalentes de caixa	200.775	195.330
Títulos e valores mobiliários	718.765	778.758
Contas a receber	277.693	416.971
Dividendos a receber	2.630	2.051
Contas a receber com partes relacionadas	24.757	24.757
	1.224.620	1.417.867
VJR		
Títulos e valores mobiliários	1.602.701	982.692
	1.602.701	982.692
Total de instrumentos financeiros ativos	2.827.321	2.400.559
Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar	814.217	631.706
Contas a pagar com partes relacionadas	881	699
Dividendos a pagar	784.481	601.577
Adiantamentos e cauções recebidas	865.105	795.947
	2.464.684	2.029.929
Total de instrumentos financeiros passivos	2.464.684	2.029.929



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos conta movimento	794	179
Certificados de depósitos bancários - CDB	200.775	195.330
Caixa e equivalentes de caixa	201.569	195.509

Os CDBs da Companhia classificados em caixa e equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 103,26% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data-base destas demonstrações financeiras (109,31% em 31 de dezembro de 2024).

6 Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Aplicações financeiras em CDB (i)	142.894	96.755
Fundos de investimento (ii)	1.602.701	982.692
Letras financeiras (iii)	575.871	678.662
Debêntures (iv)	-	3.341
	2.321.466	1.761.450

	2025	2024
Circulante	1.695.669	1.291.813
Não circulante	625.797	469.637
	2.321.466	1.761.450

(i) Aplicações financeiras da Companhia em CDB com carência acima de três meses. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a necessidade de liquidez da Companhia e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração		Saldo aplicado em	
	2025	2024	2025	2024
CDI	103,75% a 121%	107% a 121%	142.894	43.799
Pré-fixado	-	12,85% a 13% a.a.	-	52.956
			142.894	96.755

(ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Em relação ao valor total de aplicações em fundos, aproximadamente 90,7%, ou seja, R\$1.453.693, possuem liquidez diária, ou até D+10, referenciados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas de contabilidade. O restante dos recursos está aplicado no fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), destinado a investidores qualificados, com liquidez D+71 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 103,83% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2024 a rentabilidade foi de 108,54% do CDI.

(iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia, possuem liquidez de até 71 meses e são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração		Saldo aplicado em	
	2025	2024	2025	2024
CDI	109% a 145%	109% a 145%	336.486	360.146
CDI +	CDI+0,62% a 3,15%	CDI+1,00%	61.755	92.801
Pré-fixado	7,92% a 16,21% a.a.	7,25% a 16,21% a.a.	116.439	145.528
IPCA +	IPCA+7,25% a 8,72% a.a.	IPCA+7,25% a 8,72% a.a.	61.191	80.187
			575.871	678.662

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Intervalo de remuneração		Saldo aplicado em	
	2025	2024	2025	2024
CEMIG				
IPCA	IPCA+3,10% a.a.	IPCA+3,10% a.a.	-	3.341
			-	3.341

Referem-se a debêntures da CEMIG adquiridas em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em fevereiro de 2025, e visavam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, conforme critérios da política de aplicações da Companhia. As debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro.

7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação destas demonstrações financeiras. Ademais, a Companhia registra mensalmente saldos a receber derivados de obrigações contratuais de reembolso de despesas operacionais da Sala Minas Gerais que se encontra cedida em cessão não onerosa.

Os saldos estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Sociedade em Conta de Participação:		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	276.891	416.760
Outras contas a receber:		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	3.694	3.103
	280.585	419.863
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.892)	(2.892)
	277.693	416.971

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	2025	2024
A vencer	277.685	416.971
Vencidos:		
Entre 30 e 60 dias	2	-
Entre 60 e 90 dias	2	-
Entre 90 e 180 dias	4	-
Há mais de 180 dias	2.892	2.892
	280.585	419.863

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Os títulos constituídos como perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são relacionados principalmente ao reembolso de despesas referentes ao período de setembro de 2020 a dezembro de 2021. Estes mesmos títulos atualmente se encontram em processo de cobrança judicial.

8 Tributos a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2025 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da Receita Federal do Brasil ("RFB").

	2025	2024
Imposto de renda	48.940	23.863
Contribuição social	2.581	1.666
Outros impostos e contribuições a recuperar	73	73
	51.594	25.602

	2025	2024
Circulante	23.523	25.529
Não circulante	28.071	73
	51.594	25.602

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados no não circulante.

9 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em favor da União Federal para garantir a discussão sobre o reconhecimento de crédito tributário para a Companhia bem como a obtenção da suspensão da exigibilidade de débitos tributários lançados em processos administrativos.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	2025	2024
Débitos tributários	1.654	-
	1.654	-

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2024	Adições	Atualização monetária	2025
Débitos tributários	-	1.470	184	1.654
	-	1.470	184	1.654

10 Partes relacionadas

(a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Grupo econômico								
CODEMGE								
Circulante								
Contas a pagar (i)	-	-	881	699	-	-	(9.588)	(7.857)
Não circulante								
Adiantamentos recebidos (ii)(nota 17(i))	24.757	24.757	-	-	-	-	-	-
EMC								
Receitas arrendamento (iii)	482	-	-	-	5.486	5.460	-	-
Coligadas								
COMIPA								
Circulante								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
Outros								
CBMM								
Circulante								
Contas a receber / receita (notas 7 e 20)	276.891	416.760	-	-	2.787.015	2.676.611	-	-
Contas a pagar (nota 1(b), 14 e 20)	-	-	814.216	631.705	(865.820)	(995.309)	-	-
Não circulante								
Adiantamentos recebidos (ii)(nota 17)	-	-	865.105	795.947	-	-	-	-
MGS								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(414)	(267)
PRODEMGE								
Serviços de informática	-	-	-	-	-	-	(33)	(14)
SEGOV								
Publicação Diário Oficial	-	-	1	-	-	-	(6)	(4)
Gastos com desenvolvimento								
Gastos com Convênios (iv) (nota 22)	-	-	-	-	-	-	(79.929)	(16.149)
Recuperações de Convênios (iv)	-	-	-	-	260	-	-	-
Transferência Municipalização (v)(nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	(100.187)

(i) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de custos entre as partes. Além destas, existem receitas e despesas das operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1(b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que, em anos posteriores, a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 17.

(iii) Refere-se a receitas decorrentes do contrato de locação para a Empresa Mineira de Comunicação ("EMC") do Edifício Rádio Inconfidência e TV Minas, localizado no Centro Cultural Presidente Itamar Franco, e dos equipamentos instalados no prédio que viabilizam a operação das emissoras de radiodifusão.

(iv) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 22. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. Em função de diversos órgãos estaduais atuarem como intervenientes nos Convênios, os saldos repassados, ou, eventualmente devolvidos, são divulgados como transações com partes relacionadas.

(v) Conforme Lei Estadual 24.601/2023, a Companhia figura como interveniente financeiro responsável por realizar o pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros. Vide nota 22.

(b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

A Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 12.

(c) Aquisição de bem imóvel

Em dezembro de 2025, a Companhia adquiriu de sua controladora, Codemge, uma fazenda localizada no Barreiro em Araxá/MG, denominado Fazenda Santa Rita, pelo valor de R\$21.153. Vide nota 12.

(d) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos os seus membros que participam da Administração da Codemge renunciaram a seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$8.993 (R\$8.998 em 31 de dezembro de 2024), estão contabilizadas na Codemge e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

11 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia controladora, com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém ações que conferem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Por esse motivo, a participação na Comipa é registrada pelo método de equivalência patrimonial, mas não é consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Investimento	2025	2024
COMIPA	268	268
	268	268

Movimentação do investimento em participação societária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Investimento	2024	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2025
COMIPA	268	2.630	(2.630)	268
	268	2.630	(2.630)	268

Investimento	2023	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2024
COMIPA	268	916	(916)	268
	268	916	(916)	268

Resumo dos saldos da investida em 31 de dezembro de 2025:

Investimento	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
COMIPA	22.622	7.568	17.406	12.258	526

Investimento	Receita Líquida	Lucro do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
COMIPA	107.610	5.158	-	5.158

Abertura dos dividendos a receber:

Dividendos a receber	2025	2024
COMIPA	2.630	2.051
	2.630	2.051

12 Imobilizado

Abaixo é demonstrado a composição do imobilizado da Companhia:

	2025	2024			
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos (i)	360.944	-	(234.450)	126.494	110.209
Prédios e benfeitorias	256.787	(21.585)	(53.159)	182.043	150.217
Equipamentos operacionais	22.656	(15.596)	-	7.060	8.618
	640.387	(37.181)	(287.609)	315.597	269.044

(i) Em dezembro de 2025, houve a aquisição da Fazenda Santa Rita pela Companhia, mediante assinatura de contrato de compra e venda junto à Codemge, localizada no bairro Barreiro, no município de Araxá/MG, pelo valor de R\$ 21.153. Vide nota 10.

Movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

	2024	Adições	Reversões	2025
Custo				
Terrenos	339.791	21.153	-	360.944
Prédios e benfeitorias	256.787	-	-	256.787
Equipamentos operacionais	22.656	-	-	22.656
	619.234	21.153	-	640.387
Depreciação				
Prédios e benfeitorias	(19.630)	(1.955)	-	(21.585)
Equipamentos operacionais	(14.038)	(1.558)	-	(15.596)
	(33.668)	(3.513)	-	(37.181)
Impairment				
Terrenos	(229.582)	(6.048)	1.180	(234.450)
Prédios e benfeitorias	(86.940)	-	33.781	(53.159)
	(316.522)	(6.048)	34.961	(287.609)
Imobilizado líquido	269.044	11.592	34.961	315.597

Movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

	2023	Adições	Reversões	2024
Custo				
Terrenos	339.791	-	-	339.791
Prédios e benfeitorias	256.787	-	-	256.787
Equipamentos operacionais	22.656	-	-	22.656
	619.234	-	-	619.234
Depreciação				
Prédios e benfeitorias	(18.191)	(1.439)	-	(19.630)
Equipamentos operacionais	(12.481)	(1.557)	-	(14.038)
	(30.672)	(2.996)	-	(33.668)
Impairment				
Terrenos	(216.390)	(14.592)	1.400	(229.582)
Prédios e benfeitorias	(128.631)	-	41.691	(86.940)
	(345.021)	(14.592)	43.091	(316.522)
Imobilizado líquido	243.541	(17.588)	43.091	269.044

(a) O Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF") está parcialmente cedido em comodato não oneroso à parte relacionada (entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$170.447 (R\$152.254 em 31 de dezembro de 2024) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2025 de R\$ 2.872 (R\$2.359 em 31 de dezembro de 2024). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação do ativo está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em outubro de 2023, foi assinado contrato com a Empresa Mineira de Comunicação ("EMC"), para locação do edifício Rádio Inconfidência e TV Minas localizado no Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF"), pelo valor mensal de R\$286 e condomínio estimado em R\$200, por um período de 05 (cinco) anos, contado da data de assinatura deste contrato, reduzindo parcialmente a área cedida em comodato não oneroso.

(b) A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno situado no Bairro Olhos D'Água, equivalente a 28.500 m² e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

Impairment de ativos

	2024	Adições	Reversões	2025
Terrenos				
CCPIF (i)	(107.882)	(6.048)	-	(113.930)
Olhos D'Água (ii)	(121.700)	-	1.180	(120.520)
	(229.582)	(6.048)	1.180	(234.450)
Prédios e benfeitorias				
CCPIF (i)	(86.940)	-	33.781	(53.159)
	(86.940)	-	33.781	(53.159)
TOTAL	(316.522)	(6.048)	34.961	(287.609)
	2023	Adições	Reversões	2024
Terrenos				
CCPIF (i)	(93.290)	(14.592)	-	(107.882)
Olhos D'Água (ii)	(123.100)	-	1.400	(121.700)
	(216.390)	(14.592)	1.400	(229.582)
Prédios e benfeitorias				
CCPIF (i)	(128.631)	-	41.691	(86.940)
	(128.631)	-	41.691	(86.940)
TOTAL	(345.021)	(14.592)	43.091	(316.522)



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) *Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)*

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento que resultou em uma perda por *impairment*. Em 2024, foi elaborado laudo de avaliação do empreendimento, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.099. Em 2025, novo laudo elaborado registrou uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.733. Considerando o valor total do ativo, a avaliação por meio do método evolutivo ainda resulta em uma perda por *impairment* no valor de R\$167.089, sendo reconhecido R\$113.930 em terrenos e R\$53.159 em prédios e benfeitorias (R\$194.822 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) *Olhos D'Água*

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por *impairment* no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado novo laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$1.400. Em 2025, novo laudo elaborado registrou mais uma reversão de R\$1.180.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 120.520 (R\$ 121.700 em 31 de dezembro de 2024).

13 Intangível

Abaixo é demonstrado a composição do intangível da Companhia:

	2025		2024	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marcas e patentes	7	-	7	7
Descomissionamento de mina (i)	347	(12)	335	270
Direitos de lavra e jazidas	12	(1)	11	11
	<u>366</u>	<u>(13)</u>	<u>353</u>	<u>288</u>

Movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

	2024	Adições	Baixas	2025
Custo				
Marcas e patentes	7	-	-	7
Descomissionamento de mina (i)	274	73	-	347
Direitos de lavra e jazidas	12	-	-	12
	<u>293</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>366</u>
Amortização				
Descomissionamento de mina (i)	(4)	(8)	-	(12)
Direitos de lavra e jazidas	(1)	-	-	(1)
	<u>(5)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
Intangível líquido	<u>288</u>	<u>65</u>	<u>-</u>	<u>353</u>

Movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

	2023	Adições	Baixas	2024
Custo				
Marcas e patentes	7	-	-	7
Descomissionamento de mina (i)	-	292	(18)	274
Direitos de lavra e jazidas	12	-	-	12
	<u>19</u>	<u>292</u>	<u>(18)</u>	<u>293</u>
Amortização				
Descomissionamento de mina (i)	-	(4)	-	(4)
Direitos de lavra e jazidas	(1)	-	-	(1)
	<u>(1)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
Intangível líquido	<u>18</u>	<u>288</u>	<u>(18)</u>	<u>288</u>

(i) **Descomissionamento de mina**

Em junho de 2024, houve reconhecimento inicial da provisão para descomissionamento da mina de pirocloro localizada no município de Araxá, referente à parceria firmada entre a CBMM e a Companhia para exploração do nióbio. O ativo reconhecido em contrapartida à provisão refere-se ao valor calculado e trazido a valor presente de todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração.

Anualmente, o valor do ativo de descomissionamento é atualizado de acordo com os estudos realizados pela CBMM nos quais indicam eventuais alterações nas premissas para a provisão e expectativa de vida útil da mina (para mais informações, vide nota 18).

14 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data-base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte refere-se às obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	814.216	631.705
Fornecedores nacionais	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>814.217</u>	<u>631.706</u>

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.

15 Tributos a recolher

	2025	2024
PIS e COFINS	1.583	903
Tributos retidos de terceiros	<u>672</u>	<u>27</u>
	<u>2.255</u>	<u>930</u>

16 Dividendos a pagar

	2025	2024
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	464.546	294.772
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	4.900	-
Dividendos a pagar à CODEMGE	310.700	306.805
Juros sobre capital próprio a pagar à CODEMGE	<u>4.335</u>	<u>-</u>
	<u>784.481</u>	<u>601.577</u>

17 Adiantamentos recebidos

	2025	2024
Adiantamento dos lucros da SCP (i)	844.968	704.244
Valores a ressarcir a SCP (ii)	<u>20.137</u>	<u>91.703</u>
	<u>865.105</u>	<u>795.947</u>

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$24.757 foram recebidos em 2015, R\$48.017 em 2018, R\$67.284 em 2019, R\$407.952 em 2022, R\$156.234 em 2024 e R\$140.724 em 2025 e serão vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2027 e 2032. Os adiantamentos são realizados em reais - moeda da Escritura Pública - e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	2025	2024
Por ano de vencimento		
2027	272.434	272.434
2028	56.335	56.335
2029	137.475	137.475
2030	127.656	127.656
2031	110.344	110.344
2032	<u>140.724</u>	<u>-</u>
	<u>844.968</u>	<u>704.244</u>

18 Provisões

	2025	2024
Provisões para contingências (i)		
Contingências cíveis	41.780	40.104
Contingências tributárias	<u>6.476</u>	<u>6.115</u>
	<u>48.256</u>	<u>46.219</u>
Provisão para descomissionamento (ii)		
Descomissionamento de mina	30.786	30.613
(-) Ajuste ao valor presente	<u>(30.772)</u>	<u>(30.548)</u>
	<u>14</u>	<u>65</u>
	<u>48.270</u>	<u>46.284</u>

(i) **Provisões para contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A contingência cível, no valor de R\$41.780 (R\$40.104 em 31 de dezembro de 2024), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda., com correção monetária. Em setembro de 2025 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. A Solaris apresentou pedido de cumprimento de sentença ainda pendente de encaminhamentos para julgamento. A Companhia pretende realizar o depósito em juízo do montante incontroverso, impugnando o cumprimento de sentença em relação à parcela que entende indevida.

Já a contingência tributária, a maior parte refere-se à provisão de tributo envolvendo ativo específico do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-lo e, portanto, decidiu por provisionar tal tributo antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Movimentação das provisões de contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2024	Adições	Reversões	Atualização Monetária	2025
Contingências cíveis	40.104	-	-	1.676	41.780
Contingências tributárias	<u>6.115</u>	<u>1.199</u>	<u>(1.118)</u>	<u>280</u>	<u>6.476</u>
	<u>46.219</u>	<u>1.199</u>	<u>(1.118)</u>	<u>1.956</u>	<u>48.256</u>
	2023	Adições	Reversões	Atualização Monetária	2024
Contingências cíveis	38.253	-	-	1.851	40.104
Contingências tributárias	<u>6.009</u>	<u>935</u>	<u>(1.108)</u>	<u>279</u>	<u>6.115</u>
	<u>44.262</u>	<u>935</u>	<u>(1.108)</u>	<u>2.130</u>	<u>46.219</u>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a Administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data-base dessas demonstrações financeiras há R\$26.907 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$25.828 em 31 de dezembro de 2024).

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória de pagamento de honorários sucumbenciais em uma ação popular ajuizada em junho de 2018, cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. Há contingência passiva que está sob responsabilidade da Companhia, com risco estimado em R\$26.907 (R\$25.828 em 31 de dezembro de 2024). Em 15 de maio de 2023, a Companhia interpôs recurso visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

Contingências ativas

Existe um processo de contingência ativa no qual a Companhia está envolvida classificado como provável entrada de benefícios econômicos por seus consultores jurídicos no montante estimado atualizado de R\$6.813 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.854 em 31 de dezembro de 2024), para o qual é requerida a divulgação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Tal processo refere-se aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica pelas despesas com manutenção da Sala Minas Gerais durante o período de setembro de 2020 a dezembro de 2021, conforme nota 7.

(ii) Provisão para descomissionamento

Conforme acordo assinado em 13 de junho de 2024 entre Codemig e CBMM e consolidado na escritura pública assinada no dia 30 de outubro de 2025, a contabilização do provisionamento para o fechamento das minas deverá ser de responsabilidade de cada uma das titulares dos seus respectivos direitos minerários.

Tendo isso em vista, a Companhia reconheceu em junho de 2024 a provisão para descomissionamento de sua mina em Araxá, tendo como base uma estimativa de gastos de todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração. A expectativa de vida útil das minas foi revisada em dezembro de 2024, passando de 80 para 76 anos de acordo com estudos contratados pela CBMM.

As obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam, são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente. A expectativa de início dos desembolsos é para o ano de 2100 e, portanto, foi registrado ajuste ao valor presente (AVP) dessa provisão. Em dezembro de 2025, foi considerada a taxa DI em 14,90% a.a., descontada da taxa de inflação de 4,31% a.a., como taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação.

Como contrapartida relativa à provisão de descomissionamento ajustada a valor presente foi registrado um ativo de descomissionamento de mina (vide nota 13).

19 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$10.260 em 31 de dezembro de 2024). O capital social da Companhia é representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemig detém 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto o acionista Estado de MG detém 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

(b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025 a reserva de capital é de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2024) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$2.052 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Retenção de lucros

Após a proposição de dividendos mínimos obrigatórios em 2024, a Companhia destinou o saldo do lucro do exercício à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação em Assembleia Geral Ordinária. O saldo foi distribuído como dividendos adicionais no valor de R\$ 15.315 em 30 de abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$78.890 (R\$15.315 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007).

(e) Dividendos preferenciais fixos

A distribuição prioritária de dividendos obedece aos §4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social e ainda ao art. 203 e § 1º do art. 204 da Lei 6.404/76 (Lei das SA), em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos preferenciais fixos, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2025 apurados até o mês de dezembro foram mensurados em R\$1.807.198, sendo que R\$1.755.698 haviam sido deliberados pela Diretoria até a data-base dessas demonstrações financeiras, e R\$51.500 creditados a título de juros sobre capital próprio.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>2.070.162</u>	<u>1.732.350</u>
Resultado da sociedade em conta de participação do exercício (SCP) (25%)	<u>1.921.195</u>	<u>1.681.302</u>
Base para dividendos fixos preferenciais (Receita da SCP limitada ao lucro líquido do exercício)	1.921.195	1.681.302
Dividendos fixos preferenciais deliberados	1.755.698	1.486.384
Juros sobre o capital próprio creditados	51.500	18.000
Dividendos preferenciais a deliberar	-	<u>176.918</u>
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	<u>1.807.198</u>	<u>1.681.302</u>

Em função do § 1º do art. 204 da Lei 6.404/1976, que estabelece o valor da Reserva de Capital como limite à distribuição semestral de dividendos intercalares, o valor de R\$113.997 será deliberado como dividendos ordinários em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026.

(f) Dividendos ordinários obrigatórios

De acordo com o art. 10º do Estatuto Social, é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, em cada exercício, dividendos obrigatórios de 70% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento dos dividendos prioritários aos detentores de ações preferenciais, dividendos obrigatórios estes que serão atribuídos proporcionalmente a cada ação ordinária.

Sendo assim, do lucro líquido do exercício de 2025 de R\$2.070.162, deduzidos o montante de R\$1.807.198 de dividendos preferenciais distribuídos, foi provisionado o montante de R\$184.074 a título de dividendos obrigatórios conforme definido no Estatuto.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	<u>1.807.198</u>	<u>1.681.302</u>
Base para distribuição de dividendos	262.964	51.048
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro	70%	70%
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>184.074</u>	<u>35.733</u>
Total de dividendos e JCP distribuídos	<u>1.991.272</u>	<u>1.717.035</u>

(g) Juros sobre o capital próprio

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2025 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$51.500, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrimônio líquido	682.372	618.797
Lucro líquido do exercício	2.070.162	1.732.350
Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	2.138.132	1.723.506
Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado	52.099	44.662
Limite de 50% do lucro líquido ajustado	<u>1.069.066</u>	<u>861.753</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>51.500</u>	<u>18.000</u>

20 Receita

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita – SCP	1.921.195	1.681.302
Receita com arrendamentos e locações (i)	<u>8.272</u>	<u>8.185</u>
Receita bruta	<u>1.929.467</u>	<u>1.689.487</u>
Impostos	(765)	(757)
Receita líquida	<u>1.928.702</u>	<u>1.688.730</u>

Segue abaixo a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado da SCP	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas	14.648.885	13.363.267
Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço	<u>(159.326)</u>	<u>20.521</u>
Receita líquida de vendas	<u>14.489.559</u>	<u>13.383.788</u>
Custo de vendas	<u>(2.561.765)</u>	<u>(2.381.405)</u>
Margem bruta nas vendas	11.927.794	11.002.383
Despesas estruturais (ii)	(619.399)	(1.684.251)
Outras receitas operacionais	<u>19.581</u>	<u>13.345</u>
Lucro operacional	<u>11.327.976</u>	<u>9.331.477</u>
Resultado de cláusulas contratuais da SCP (iii)	<u>(179.918)</u>	<u>1.374.967</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	<u>11.148.058</u>	<u>10.706.444</u>
Participação de 25% da Companhia	2.787.015	2.676.611
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	71.567	(128.057)
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (iv)	(807.689)	(598.906)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (iv)	(6.527)	(32.799)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	<u>(123.171)</u>	<u>(235.547)</u>
Total imposto de renda e contribuição social e variação cambial	<u>(865.820)</u>	<u>(995.309)</u>
Receita - SCP	<u>1.921.195</u>	<u>1.681.302</u>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se principalmente ao contrato de utilização do prédio de rádio e TV do Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF).

(ii) Refere-se principalmente aos juros e ao efeito de variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação.

(iii) Refere-se principalmente ao efeito de competência da variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação e a equivalência patrimonial da participação nas subsidiárias.

(iv) A Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1(b) e 14).

21 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal (i)	(9.588)	(7.857)
Serviços de terceiros (ii)	(25.063)	(5.749)
Indenizações (iii)	-	(1.278)
Depreciação e amortização	(3.521)	(3.000)
Despesas tributárias	(1.660)	(1.579)
Reversão de contingências tributárias	(80)	174
	<u>(39.912)</u>	<u>(19.289)</u>

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

(ii) Em 2025, foram realizados gastos de aproximadamente R\$17.825 relacionados a contratações de serviços jurídicos e consultoria financeira no âmbito da renovação do contrato firmado com a CBMM para exploração do nióbio.

(iii) Em 2024, houve a indenização à Mineiraria - Casa da Gastronomia SPE Ltda., antiga arrendatária da Casa Tombada que faz parte do complexo Centro Cultural Presidente Itamar Franco, no valor de R\$1.289, deliberado em reunião da diretoria pelo pagamento equivalente ao prejuízo da concessionária entre março de 2020 e dezembro de 2021, referente a pandemia da Covid19, somado ao prejuízo entre janeiro e julho de 2024.

22 Gastos com desenvolvimento

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais.

Através da celebração de convênios, são formalizadas as transferências de recursos financeiros entre as entidades, com o objeto específico, permitindo a execução de projetos e atividades de interesse público e viabilizando o desenvolvimento econômico.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são registrados como gastos com desenvolvimento no resultado à medida que são incorridos.

Contrato	Descrição	Data do Contrato	Valor	Valores gastos no exercício de		
				Valor total gasto até 2025	2025	2024
Convênios						
11518	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	28/03/24	12.086	(11.343)	(1.543)	(9.800)
11560	Associação de Pais, Amigos e Mestres do Colégio Militar de Belo Horizonte - APAM	06/06/24	1.348	(1.348)	-	(1.348)
11561	Prefeitura Municipal de Divino/MG	29/05/24	200	(200)	-	(200)
11563	Associação Mineira de Municípios - AMN	29/05/24	2.586	(2.586)	(950)	(1.636)
11586	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD	19/06/24	1.000	(1.000)	-	(1.000)
11589	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ANDESIAP	19/06/24	1.100	(1.100)	-	(1.100)
11594	Liga dos Esportes - LIDARP	26/06/24	599	(599)	(99)	(500)
11640	Instituto Brasil Ride	05/07/24	500	(500)	-	(500)
11662	Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem - ABDER	13/08/24	65	(65)	-	(65)
11762	Associação Pro-cultura e Promoção das Artes	10/02/25	11.648	(10.407)	(10.407)	-
11763	Instituto Cultural Aurum	12/02/25	2.586	(2.586)	(2.586)	-
11779	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	28/03/25	18.480	(18.480)	(18.480)	-
11784	Instituto Novare	15/04/25	5.600	(4.600)	(4.600)	-
11789	Associação dos Amigos do Centro Cultura - AMICULT	14/04/25	3.489	(3.300)	(3.300)	-
11808	Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE	29/05/25	20.000	(12.000)	(12.000)	-
11810	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ADESIAP	05/06/25	2.200	(2.200)	(2.200)	-
11832	Associação de Badminton de José Raydan - ABRJ	03/07/25	129	(129)	(129)	-
11863	Instituto Mundu	20/08/25	11.822	(5.500)	(5.500)	-
11901	Liga Arcoense de Desportos - LIADE	01/12/25	100	(100)	(100)	-
11939	Liga Sul Mineira de Desportos	15/12/25	100	(100)	(100)	-
11945	Associação Esportiva dos Municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais - ASSESMIG	22/12/25	105	(100)	(100)	-
11946	Liga Sul Mineira de Desportos	22/12/25	105	(100)	(100)	-
11947	Instituto João Ayres	23/12/25	10.945	(10.945)	(10.945)	-
11948	Instituto João Ayres	23/12/25	2.548	(2.548)	(2.548)	-
11950	Prefeitura Municipal de Formiga/MG	29/12/25	100	(100)	(100)	-

Contrato	Descrição	Data do Contrato	Valor	Valores gastos no exercício de		
				Valor total gasto até 2025	2025	2024
11952	Associação de Amigos do Autista - AMA	29/12/25	3.199	(1.599)	(1.599)	-
11954	Federação das Inst. De Governança Regional de Turismo do Estado de MG - FECITUR	29/12/25	5.086	(2.543)	(2.543)	-
			<u>117.726</u>	<u>(96.078)</u>	<u>(79.929)</u>	<u>(16.149)</u>
Termos de Transferência Municipalização (i)						
11582	Prefeitura Municipal de Água Boa/MG	12/06/24	2.243	(2.243)	-	(2.243)
11548	Prefeitura Municipal de Brazópolis/MG	29/05/24	2.240	(2.240)	-	(2.240)
11558	Prefeitura Municipal de Bugre/MG	13/06/24	1.190	(1.190)	-	(1.190)
11583	Prefeitura Municipal de Capelinha/MG	12/06/24	3.080	(3.080)	-	(3.080)
11556	Prefeitura Municipal de Carbonita/MG	03/06/24	1.610	(1.610)	-	(1.610)
11602	Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas/MG	25/06/24	1.540	(1.540)	-	(1.540)
11581	Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus/MG	12/06/24	1.400	(1.400)	-	(1.400)
11552	Prefeitura Municipal de Córrego Fundo/MG	03/06/24	2.800	(2.800)	-	(2.800)
11607	Prefeitura Municipal de Curvelo/MG	26/06/24	10.220	(10.220)	-	(10.220)
11575	Prefeitura Municipal de Divino/MG	12/06/24	1.330	(1.330)	-	(1.330)
11590	Prefeitura Municipal de Divisa Nova/MG	24/06/24	700	(700)	-	(700)
11619	Prefeitura Municipal de Formoso/MG	01/07/24	910	(910)	-	(910)
11559	Prefeitura Municipal de Guanhães/MG	03/06/24	8.470	(8.470)	-	(8.470)
11591	Prefeitura Municipal de Guaxupé/MG	24/06/24	4.410	(4.410)	-	(4.410)
11577	Prefeitura Municipal de Jaíba/MG	12/06/24	3.388	(3.388)	-	(3.388)
11613	Prefeitura Municipal de Janaúba/MG	01/07/24	2.800	(2.800)	-	(2.800)
11595	Prefeitura Municipal de Lagoa Dourada/MG	24/06/24	2.170	(2.170)	-	(2.170)
11549	Prefeitura Municipal de Lajinha/MG	03/06/24	2.310	(2.310)	-	(2.310)
11592	Prefeitura Municipal de Lambari/MG	24/06/24	6.160	(6.160)	-	(6.160)
11628	Prefeitura Municipal de Lavras/MG	02/07/24	3.080	(3.080)	-	(3.080)
11618	Prefeitura Municipal de Manhumirim/MG	01/07/24	2.940	(2.940)	-	(2.940)
11578	Prefeitura Municipal de Marilac/MG	12/06/24	476	(476)	-	(476)
11574	Prefeitura Municipal de Martins Soares/MG	12/06/24	3.850	(3.850)	-	(3.850)
11579	Prefeitura Municipal de Matipó/MG	12/06/24	2.380	(2.380)	-	(2.380)
11610	Prefeitura Municipal de Mirai/MG	26/06/24	4.410	(4.410)	-	(4.410)
11604	Prefeitura Municipal de Nacip Raydan/MG	01/07/24	1.400	(1.400)	-	(1.400)
11550	Prefeitura Municipal de Passos/MG	03/06/24	644	(644)	-	(644)
11585	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG	13/06/24	3.920	(3.920)	-	(3.920)
11576	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG	12/06/24	2.100	(2.100)	-	(2.100)
11554	Prefeitura Municipal de Reduto/MG	07/06/24	980	(980)	-	(980)
11606	Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG	26/06/24	3.010	(3.010)	-	(3.010)
11553	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto/MG	03/06/24	700	(700)	-	(700)
11573	Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória/MG	12/06/24	2.240	(2.240)	-	(2.240)
11555	Prefeitura Municipal de São João Evangelista/MG	03/06/24	3.626	(3.626)	-	(3.626)
11557	Prefeitura Municipal de São José do Jacuri/MG	03/06/24	420	(420)	-	(420)
11620	Prefeitura Municipal de São José do Jacuri/MG	01/07/24	630	(630)	-	(630)
11596	Prefeitura Municipal de São Roque de Minas/MG	24/06/24	280	(280)	-	(280)
11616	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão/MG	01/07/24	910	(910)	-	(910)
			<u>217.913</u>	<u>(196.265)</u>	<u>(79.929)</u>	<u>(116.336)</u>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Termos de Transferência Municipalização

Conforme nota 1 (c), foi previsto na Lei Estadual 24.601/2023 que a Codemig e a sua controladora, Codemge, poderiam figurar como interveniente financeiro responsável por realizar o pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros.

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Recuperações de taxas e despesas	530	1.354
Reversão de <i>impairment</i> (i)	28.913	28.499
Outras	-	(233)
	<u>29.443</u>	<u>29.620</u>

Em 2024, houve a reversão de parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável do Centro Cultural Presidente Itamar Franco localizado em Belo Horizonte, no valor de R\$27.099 e do terreno localizado no bairro Olhos d'água em Belo Horizonte, no valor de R\$1.400. Em 2025, houve a reversão de parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável do Centro Cultural Presidente Itamar Franco localizado em Belo Horizonte, no valor de R\$27.733 e do terreno localizado no bairro Olhos d'água em Belo Horizonte, no valor de R\$1.180. Para mais detalhes vide nota 12.

24 Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia está relacionado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, principalmente em decorrência do caixa gerado pela SCP mantida em conjunto com a CBMM. Há ainda a receita de atualização monetária do saldo a receber da CBMM, referente ao resultado mensal da SCP e, além disso, a atualização monetária do saldo de tributos a recuperar. As aplicações financeiras possuem como *benchmarks* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	2025	2024
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	245.255	164.790
PIS/COFINS - receita financeira	(12.136)	(8.316)
Variação monetária ativa	15.738	14.044
(-) Reversão de atualização monetária (i)	-	(19.031)
Outras	125	210
	<u>248.982</u>	<u>151.697</u>
Despesas		
Perdas em aplicações e instrumentos financeiros	(419)	-
Variação monetária passiva	(1.955)	(2.130)
Outras	(910)	(858)
	<u>(3.284)</u>	<u>(2.988)</u>
	<u>245.698</u>	<u>148.709</u>

(i) Reversão de atualização monetária

Em abril de 2024, a Administração da Companhia, em conjunto com a CBMM, deliberou pela compensação no montante de R\$19.031 em favor da CBMM, devido a pagamentos realizados a maior em favor da Codemig no período de abril de 2017 a junho de 2021, referentes a atualização financeira mensal da receita líquida da SCP mantida entre as referidas empresas.

25 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real, as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.086.632	1.732.350
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(709.455)	(588.999)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	653.206	571.643
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	32.710	19.317
Ativo diferido não registrado	-	(1.961)
Ativo IR/CS diferido registrado	(3.045)	(17.198)
Passivo IR/CS diferido registrado	3.045	17.198
Utilização de prejuízos fiscais	7.069	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	<u>(16.470)</u>	<u>-</u>
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,79%</i>	<i>0,00%</i>

Em 31 de dezembro de 2025, a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$558.180 (R\$578.762 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa acumulada de R\$564.647 (R\$585.229 em 31 de dezembro de 2024).

Embora tenha sido reconhecido um lucro fiscal no exercício, a Administração julgou que esse impacto será transitório. Esse julgamento foi realizado levando em consideração a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que se deve ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

Desde junho de 2024, a Companhia passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferidos sobre as despesas com depreciação fiscal nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferidos no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

	2025	2024
Saldo inicial 1º de janeiro	17.198	-
Imposto advindos de diferença entre depreciação societária e fiscal	3.045	17.198
	<u>20.243</u>	<u>17.198</u>
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	(20.243)	(17.198)
Imposto diferido (líquido)	<u>-</u>	<u>-</u>

26 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2025	2024
Lucro do exercício atribuível aos acionistas:	<u>2.070.162</u>	<u>1.732.350</u>
Ordinários	148.967	51.048
Preferenciais	1.921.195	1.681.302
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	180.435	180.435
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação	<u>180.433</u>	<u>180.433</u>
	<u>360.868</u>	<u>360.868</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)	825,60	282,92
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)	10.647,69	9.318,15

27 Cobertura de Seguros

A Companhia avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio.

A Companhia ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pela Companhia ou que será utilizado em algum projeto relevante e que tenha valor de mercado superior a R\$1.000.

Segue abaixo o principal Contrato de Seguro da Companhia:

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	08/12/2025	05/09/2026	214.224	117
Total				<u>214.224</u>	<u>117</u>

28 Eventos subsequentes

(a) Alteração de participação de acionistas

Em janeiro de 2026, foi efetivada a redução do capital social na Codemge, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em novembro de 2025. Os acionistas aprovaram a redução no valor de R\$325.339 e, como remuneração, o Estado de MG recebeu 83.000 ações ordinárias e 83.000 ações preferenciais da Codemig. A partir de janeiro de 2026, o Estado de MG passou a deter 95% do capital social da Codemig, enquanto a Codemge reduziu sua participação para 5%.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares

Em janeiro de 2026, foram deliberados juros sobre capital próprio com base no resultado de janeiro de 2026, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge teve direito a R\$150, enquanto o Estado de Minas Gerais teve direito a R\$2.850, já considerando a participação mencionada em (a) acima.

Em fevereiro de 2026, foram deliberados Juros sobre capital próprio com base no resultado de fevereiro de 2026, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge teve direito a R\$175, enquanto o Estado de Minas Gerais teve direito a R\$3.325.

Em março de 2026, foram deliberados Juros sobre capital próprio com base no resultado de março de 2026, no montante acumulado de R\$5.000. A Codemge teve direito a R\$250, enquanto o Estado de Minas Gerais teve direito a R\$4.750.

(c) Acordo de cooperação técnica

Em fevereiro de 2026, houve a transferência da totalidade dos empregados da Codemge para Codemig, sendo assim, a Codemig passará a arcar com as despesas e encargos de pessoal dos empregados do Grupo.

Essa transferência tem como objetivo equalizar a distribuição de custos e despesas entre as companhias, preservando a manutenção do compartilhamento de pessoal entre as mesmas. Além do compartilhamento de pessoal, serão compartilhados estruturas, contratos e conhecimentos entre as companhias. Ainda em dezembro de 2025 houve a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que formaliza tais compartilhamentos.

(d) Recebimento antecipado de exportações contratado pela CBMM

Em janeiro de 2026, a Codemig recebeu quatro adiantamentos da SCP totalizando o valor de R\$ 187.716. Esse adiantamento será amortizado à medida em que o resultado das vendas antecipadas pela CBMM for reconhecido nos resultados da SCP, conforme condições das operações financeiras contratadas pela CBMM. O prazo para liquidação das antecipações é de 6 anos com um prazo de carência de amortização do principal de 4 anos.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, que é sua principal fonte de recursos; mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira; cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais; e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC SP-215373/O



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 25/04/2026



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:
<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2026/04/BALANCO-CODEMIG-25-04-2026.pdf>

